

tem como objetivo analisar o efeito da presença do profissional médico pertencente ao Programa Mais Médicos (MM) na produção de consultas médicas e da equipe de saúde da família na atenção básica em um cenário amazônico do estado do Amazonas, Brasil. Trata-se de um estudo transversal descritivo com abordagem quantitativa que investiga os indicadores de produção da atenção básica, com enfoque no PMM, no estado do Amazonas. Foi considerada a produção do profissional médico e de cada equipe de saúde da família de todos os municípios amazonenses por mês, desde janeiro de 2012 a dezembro de 2014. Foram analisados os bancos de dados do Sistema de Informação da Atenção Básica, bem como a bases do E-sus. Foi utilizada a técnica de linkage entre bancos para geração de tabelas inerentes a análise para as seguintes variáveis: quantitativo de consultas médicas em menores de um ano; quantidade de consultas médicas em crianças entre um e quatro anos; quantidade de consultas médicas entre cinco e 10 anos; total de consultas médicas; solicitação médica de exames do tipo ultrassonografia obstétrica. Então, foi gerada uma tabela em nível de equipes de saúde e posteriormente em nível de municípios. Depois foram comparadas as produções entre equipes com e sem profissional do MM, com suporte analítico estatístico. Foram encontrados os seguintes efeitos da presença do profissional do mais médicos: a) as equipes com a presença dos mais médicos produzem em média, mais consultas por hora; b) encaminha mais para atenção especializada e menos para o serviço de urgência; c) solicita, em média, mais exames de ultrassonografia. Em suma, a presença do profissional MM sugere um aumento de produção de consultas médicas em regiões de maior vulnerabilidade social, bem como um exemplo de política de equidade em saúde, tal como na região amazônica.

## **POLITICAS DE PARTO NATURAL - PROMOVENDO O NASCIMENTO SAUDÁVEL**

Sheila Maria dos Santos Batista; lílian Cezar Sagio;  
Paula Mouzinho Martins

Brasil

O presente trabalho faz parte de um dos capítulos

da dissertação de pesquisa de mestrado em políticas sociais, em que, aborda o parto natural e as políticas públicas no decorrer da década de 1960 até os tempos atuais, no país, e num município do interior do Rio de Janeiro. O tema parto tem movimentado as redes sociais, com discussões sobre um atendimento mais humano nos serviços de saúde e ainda com postagens diversas sobre parto domiciliar assistido, em geral, por Enfermeiras Obstetras, demonstrando autonomia e capacidade de controle da mulher sobre seu corpo. O histórico sobre as políticas públicas no Brasil sobre parto, demonstra que Parteiras, Obstetizes, Enfermeiras e Médicos sempre disputaram a arena do parto no país, com acirrados conflitos, em prol da higienização e da redução da mortalidade materna e infantil, sendo o modelo hospitalocêntrico instituído. O objetivo é descrever, analisar e apontar políticas para o parto no país e no município do estudo em questão. Para tal, utiliza-se indicadores oficiais dos bancos de dados do Ministério da Saúde, levantamento de legislações pertinentes ao tema, e de manuais técnicos desde a década de 1960, bem como, pesquisas relacionados ao tema, numa pesquisa bibliográfica e histórica com consulta nos bancos de bases. O município de ocorrência da pesquisa trata-se de Quissamã, situado no norte Fluminense, com 20.242 habitantes e cerca de 300 partos ano. O estudo traz um novo olhar sobre as políticas de parto e contribui para que se amplie na sociedade as discussões do direito da mulher e do bebê de vir ao mundo sem violência. direitos estes, que devem ser de todos, e não somente de uma minoria. Conclui-se que alguns modelos de assistência proposto, como a rede cegonha, são viáveis. No entanto, ainda possui muitos desafios para sua implementação, que perpassa por valorizar outras categorias na assistência ao parto, como Parteiras, Obstetizes, Enfermeiras. Estas, atuam em outros países, onde ocorre uma “naturalização” do parto normal, quer seja na unidade hospitalar, nas casas de parto ou nos domicílios com participação do médico obstetra, apenas nas situações em que se faz necessário. Promover o nascimento saudável, é acolher e valorizar a felicidade na vida de um ser que acaba de chegar ao mundo.

## **POLÍTICAS E AÇÕES INTERSETORIAIS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE NOS PROGRAMAS DO GOVERNO DE CURITIBA**

Roberto Eduardo Bueno; Simone Tetu Moysés; Paula Alexandra Reis Bueno; Samuel Jorge Moysés

Brasil

Esta pesquisa mapeou políticas e ações interseoriais que fomentam saúde e equidade por meio da participação de diferentes setores nos doze programas do plano de governo de Curitiba: Curitiba Mais Humana, Curitiba Mais Segura, Curitiba Mais Saúde, Curitiba Mais Educação, Curitiba Mais Nutrição, Viva Mais Curitiba, Portal do Futuro, Curitiba Criativa, Curitiba Metrópole, Mobilidade Urbana Integrada, Curitiba Mais Verde, e Curitiba Participativa. A coleta de dados foi feita em abril de 2015. Foram convidados 30 representantes dos 12 programas do plano de governo para participarem de duas Oficinas em Curitiba. Participaram da pesquisa 18 representantes, perfazendo uma taxa de resposta de 60%. O perfil dos respondentes englobou: Superintendente; Chefe de Gabinete; Diretorias; Coordenações Técnicas; Assessorias técnica, de pesquisa e planejamento; e, Apoios Técnicos. Em relação aos temas desenvolvidos nos programas de governo, obteve-se os seguintes resultados: 82% do total dos respondentes afirmaram que desenvolvem atividades que relacionaram à Alimentação Saudável; 81% relacionaram à Cidadania e Ética (inclusão social, equidade de acesso e respeito a diversidade); 79% relacionaram à Habilidades para a vida (autoestima, prevenção de violências e cultura da paz); 76% relacionaram à Proteção do ambiente de vida (lixo, água, energia, preservação ambiental); 74% relacionaram à Ampliação de acesso e vínculo nos Serviços Públicos; 66% relacionaram ao Trânsito Seguro; 62% relacionaram à Prática corporal/atividade física; e, 39% relacionaram à Prevenção de dependência química (tabaco, álcool, drogas). Nas Oficinas foram eleitos os seguintes temas prioritários para integração de políticas e ações interseoriais: Habilidades para a vida e Alimentação Saudável. Estes temas serão trabalhados de forma integrada pelos programas de governo por meio de um Comitê Gestor Interseorial. Dentre as ações interseoriais de promoção da saúde desenvolvidas nos programas de governo, destacam-

-se: Programa Saúde na Escola, Rede de Proteção contra Violência, Economia Solidária, Programa Mama Nenê, Armazém da Família, Programa Câmbio Verde, Economia Solidária, Nossa Feira, Consultório na Rua, Condomínio Social, Curitiba Participativa, e, Programa Agricultura Urbana. Portanto, torna-se imprescindível integrar estas ações com foco em um objetivo comum para otimizar recursos públicos e ampliar a efetividade de políticas e ações interseoriais de promoção da saúde em Curitiba.

## **PORTRAIT DES POLITIQUES FAMILIALES MUNICIPALES POUR LE DÉVELOPPEMENT ET LE MAINTIEN D'ENVIRONNEMENTS FAVORABLES AUX SHV POUR LES FAMILLES DU QUÉBEC**

Judith Lapiere; Maude Dionne; Catherine Baboudjian; Issam Hajji; Marie-Pier Labelle; Menahan O'Bamsawin-Delorme; Isabelle Lizée

Canada

En 2014, 660 municipalités du Québec sur 1110 avaient adopté la politique familiale municipale (PFM). Depuis plus de 25 ans, le Carrefour action municipale et famille (CAMF), accompagne les municipalités dans l'élaboration de leur PFM qui permette l'intégration de la santé dans toutes les politiques, pour agir en santé des populations et créer des environnements favorables aux saines habitudes de vie (SHV). Deux axes de recherche visent à 1) décrire l'état de situation du développement des PFM (2012-2014) et l'impact sur les orientations en matière de soutien au SHV par les environnements favorables et à 2) documenter le déploiement, les processus et les retombées des PFM en Forme. Une stratégie multiple mixte est employée. Une analyse théorique et empirique du modèle logique du programme d'accompagnement des municipalités est proposée. L'évaluation des effets du programme d'accompagnement des PFM en Forme, l'évaluation des transformations des pratiques de gouvernance locale et l'évaluation de la mobilisation envers des processus d'intégration de la santé dans toutes les politiques seront exposées. Un sondage lancé à 61 municipalités documente la pertinence, l'efficacité et la perception d'impact de la PFM en forme. Les résultats indiquent que l'intégration de la santé au plan local est cohérente et stratégique à l'évolution